



Considerações sobre os Indicadores fiscais do Município de Goiânia

**Poder Executivo
2015**

março/2016



Considerações sobre as despesas de pessoal e a receita da Prefeitura Municipal de Goiânia

Introdução

O controle de gastos públicos, em especial das Despesas com Pessoal, tem sido tema de debate constante nas diferentes esferas do poder público, no Brasil nos últimos anos, principalmente, em decorrência dos limites estabelecidos na LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei101/2000).

O cumprimento desses parâmetros legais pressupõe o acesso e transparência de informações previstos no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

No aspecto político, o controle social e a transparência, em conformidade com os princípios fundamentais da administração pública, essencialmente, são motivados pela disputa de recursos do orçamento da União, Estados e Municípios, por diversos atores sociais e respectivos segmentos. Ademais, os mecanismos de controle social tanto no âmbito do planejamento orçamentário, como da execução das despesas públicas, requerem a transparência sobre a destinação dos impostos pagos pelos cidadãos. Urge dessa forma, o acompanhamento permanente e análise dos indicadores de receitas e despesas dos entes envolvidos.

Por outro lado, o ambiente de estagnação econômica nacional, em 2014, seguida por um processo recessivo em 2015 e 2016, tornou o controle das finanças públicas pelos gestores, mais que um dever, uma necessidade. O recuo da arrecadação decorrente da retração econômica afetou drasticamente as receitas dos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Além disso, as dívidas dos entes federados comprimem os limites de despesas e as possibilidades de ampliação de gastos em investimento e custeio da máquina administrativa.



Compatível com o quadro de arrecadação declinante, aliado às incongruências e desajustes da política fiscal do município, a Prefeitura de Goiânia tem demonstrado esgotamento de sua capacidade de pagamento das obrigações orçamentárias. Especialmente, quanto ao cumprimento da política salarial e aplicação dos PCCS- Plano de Cargos Carreiras e Salários - dos diversos segmentos do funcionalismo municipal, ocorreram recorrentes entraves para realização das negociações salariais, o alcance de consenso e o atendimento às pleitos dos servidores.

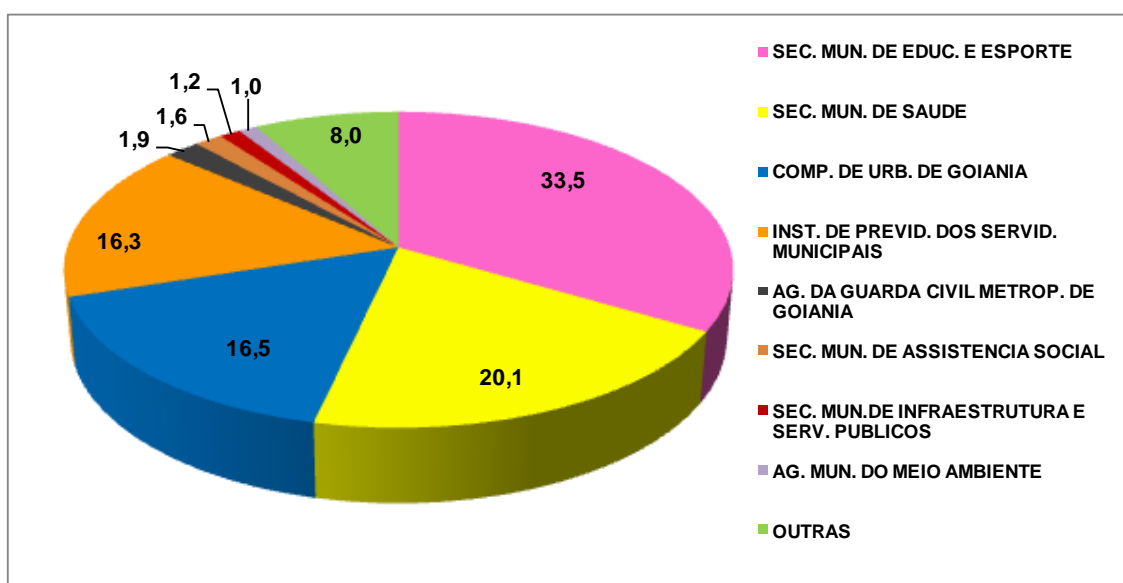
Mediante as adversidades das finanças públicas, cabe aprimorar os processos de negociações das entidades representativas de diferentes setores do funcionalismo municipal junto à prefeitura de Goiânia, através do acesso às informações e diagnóstico dos indicadores disponíveis. Dessa forma, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - realizou o presente levantamento e análise dos dados sobre a composição e evolução do quadro de pessoal, da receita e das despesas com a folha de pagamento da Prefeitura de Goiânia, em atendimento à solicitação do SINDSAÚDE – GO - Sindicato dos Trabalhadores no Sistema Único de Saúde no Estado de Goiás.

1- A composição dos órgãos do poder executivo municipal e o quadro de pessoal

O poder executivo do município de Goiânia é composto por 24 órgãos municipais, sendo destes, 3 Agencias, 3 Companhias, 2 Institutos, 14 Secretarias, a Controladoria e a Procuradoria. As informações do Portal de Transparência da Prefeitura apontaram a existência de 49.375 servidores no município, em março de 2016. Do total de funcionários constantes na Folha Salarial, 86,4% corresponderam a 42.608 servidores vinculados a apenas 4 órgãos municipais. O maior contingente, de 16.516 (33,5%) referiu-se aos servidores lotados na SMEE - Secretaria Municipal de Educação e Esporte, seguida pela SMS - Secretaria Municipal de Saúde (20,1%) com 9.918, a

COMURG - Companhia de Urbanização de Goiânia (16,5%) totalizou 8.143 e o IPSM - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (16,3%) registrou 8.031 servidores. Dessa forma, os 6.767 servidores restantes compuserem os demais órgãos da Prefeitura Municipal de Goiânia. (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição de funcionários do Poder Executivo do município de Goiânia por Secretarias - Março/2016



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração: DIEESE - ERGO

Em relação ao tipo de contratação, os dados apontaram que, do total de servidores relacionados na folha de pagamento de março de 2016, 56,1% ou 27.700 servidores integram o quadro efetivo da Prefeitura, 15,6% (7.713) são celetistas, 13,3% (6.570) referem-se aos aposentados, 3,0% (1.479) são comissionados e 2,8% (1.368) os pensionistas. A proporção de 8,3% correspondente a 4.107 funcionários enquadrada em Outros se refere aos contratos de mão de obra terceirizados, em substituição a servidores e empregados públicos conforme parágrafo 1º do Art. 18 da LRF. O referido



quadro de funcionários da Prefeitura de Goiânia (março de 2016) correspondeu a um contingente 1,2% acima do verificado no mesmo mês de 2014 e 1,9% superior ao total verificado em março de 2015, o que levou a acréscimo de 922 vínculos.

Comparando-se os meses de março/2015 e março/2014, por tipo de contratação, constata-se que os maiores acréscimos de servidores ocorreram nos denominados Outros (20,0%), referentes à mão de obra terceirizada, seguidos de remunerados por jetons (16,7%) - ainda que pouco expressivos em números absolutos - dos aposentados (15,9%), pensionistas (12,9%) e comissionados (6,6%) (Tabela 1).

Tabela 1

Prefeitura Municipal de Goiânia - Quadro de funcionários do Poder Executivo por tipo de contratação - Março/2014 - Março/2015 - Março/2016

Dicriminação	mar/14	Part.(%)	mar/15	Part.(%)	mar/16	Part.(%)	Var.	Var.
							Março 16/15	Março 16/14
Total	48.782	100,0	48.453	100,0	49.375	100,0	1,9	1,2
Efetivos	27.578	56,5	27.851	57,5	27.700	56,1	-0,5	0,4
Comissionados	1.388	2,8	1.425	2,9	1.479	3,0	3,8	6,6
Aposentados	5.668	11,6	5.986	12,4	6.570	13,3	9,8	15,9
Pensionistas	1.212	2,5	1.278	2,6	1.368	2,8	7,0	12,9
Estagiários	380	0,8	274	0,6	278	0,6	1,5	-26,8
C.L.T.	8.969	18,4	8.044	16,6	7.713	15,6	-4,1	-14,0
Disposição	117	0,2	111	0,2	104	0,2	-6,3	-11,1
Jetons	48	0,1	56	0,1	56	0,1	0,0	16,7
Outros	3.422	7,0	3.428	7,1	4.107	8,3	19,8	20,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

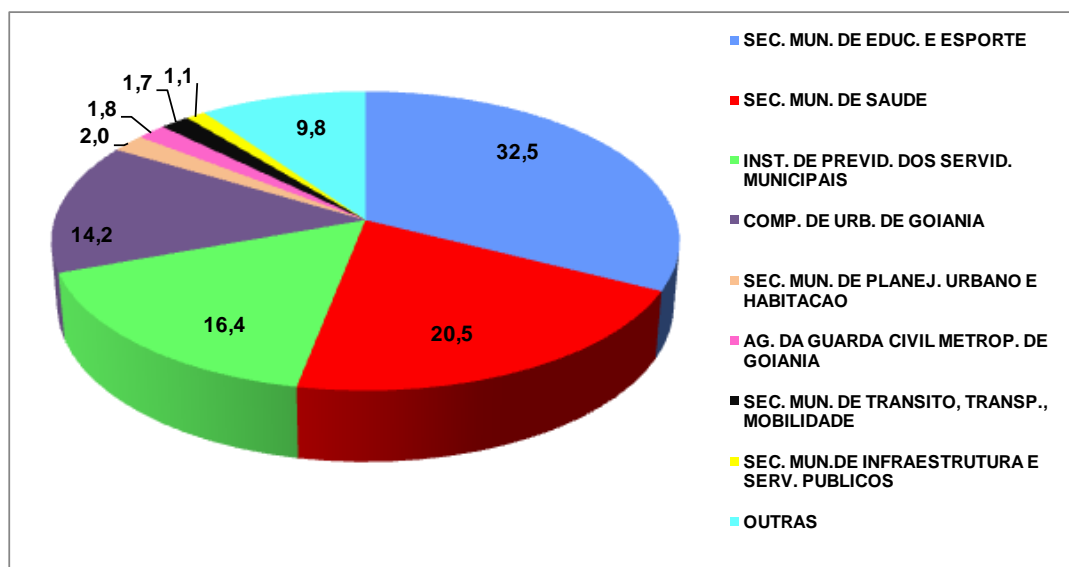
Elaboração: DIEESE - ERGO

Pode-se aferir que o crescimento expressivo do número de funcionários terceirizados indicam a possibilidade de ampliação desse tipo de vínculo, em decorrência da facilidade de contratação desses serviços e devido à redução de custos usualmente proporcionada através desse mecanismo contratual.

2- A composição e o custo da Folha de Pagamento da Prefeitura de Goiânia

Os dados sobre o Custo Total mensal da Folha de Pagamento do poder executivo de Goiânia, referente a março de 2016 apontaram o valor de R\$ 201.124.545,98. Desse montante, 83,6% ou R\$ 168.110.774,56 referiu-se aos gastos de 4 órgãos municipais. A maior proporção de despesa equivalente a 32,5%, de R\$ 65.390.826,87, foi destinada a folha da SMEE, seguida pela SMS (20,5%) de R\$ 41.322.815,81, o IPSM (16,4%) de R\$ 32.883.956,69 e a COMURG (14,2%) com R\$ 28.513.145,10 (Gráfico 2 – Tabela 2).

Gráfico 2
Distribuição do Custo total com a Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Goiânia por órgãos do Poder Executivo - Março/2016



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração: DIEESE - ERGO



Tabela 2

Custo total com a Folha de Pagamento do Poder Executivo do Município de Goiânia por Secretarias - Março/2016 (R\$)

Secretarias	Custo Total da Folha (R\$)	Part. (%)
Sec. Mun. de Educ. e Esporte	65.390.826,87	32,5
Sec. Mun. de Saude	41.322.815,81	20,5
Inst. de Prev. dos Serv. Municipais	32.883.956,69	16,4
Comp. De Urb. de Goiânia	28.513.145,19	14,2
Sec Mun. de Planej. Urbano e Habitação	3.947.558,48	2,0
Ag. da Guarda Civil Metrop. de Goiânia	3.559.210,18	1,8
Sec.Mun. Transito, Transp. E Mobilidade	3.476.397,37	1,7
Sec. Mun.de Infra e Serv. Publicos	2.290.256,95	1,1
Outras	19.740.378,44	9,8
Total	201.124.545,98	100,0

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração: DIEESE - ERGO

Deste Custo Total da folha de pagamento, de março de 2016, 10,5% ou R\$ 21.026.476,20, são gastos relacionados aos encargos patronais e 89,5% de 180.098.069,78, trata-se do valor pago em Salário Bruto (Tabela 2). Essa proporcionalidade se mantém similar em todo período analisado.

Comparando-se os valores nominais do Custo Total da Folha de Pagamento (março de 2016), ao verificado em março de 2015, constata-se uma variação de 17,4%. Se relacionado esse mesmo valor nominal com o observado em março de 2014, a variação do Custo Total atingiu 31,3% (Tabela 3). Com base nos dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo - apuradas nos mesmos períodos totalizou 9,39% e 19,34%, respectivamente. Por esse índice, pode-se aferir que o Custo Total da Folha de Pagamento da Prefeitura de Goiânia registrou um aumento real de 7,9% em Março de 2016, comparado a março de 2015 e de 10,0% em relação a março de 2014.



Tabela 3

Demonstrativo da Folha Pagamento - Prefeitura Municipal de Goiânia - Poder Executivo - Março 2014 - Março 2015 - Março 2016

Discriminação	Mar/2016 (R\$)	Mar/2016 (R\$)	Mar/2016 (R\$)	Mar/16 (%)	Var Nominal 16/15(%)	Var Nominal 16/14(%)
Salário Bruto (1)	136.728.873,32	153.133.224,78	180.098.069,78	89,5	17,6	31,7
Descontos	36.487.258,42	42.560.831,46	50.195.908,24		17,9	37,6
Liquido	100.241.614,90	110.572.393,32	129.902.161,54		17,5	29,6
Encargos (2)	16.405.547,65	18.222.936,28	21.026.476,20	10,5	15,4	28,2
INSS	5.446.197,62	6.290.650,72	7.061.732,48		12,3	29,7
IPSM	7.371.613,34	7.963.980,27	9.497.241,34		19,3	28,8
IMAS	2.352.432,15	2.561.878,50	2.942.624,99		14,9	25,1
FGTS	1.235.304,54	1.406.426,79	1.534.151,81		9,1	24,2
CT Folha (1+2):	153.134.420,97	171.356.161,06	201.124.545,98	100,0	17,4	31,3

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração: DIEESE - ERGO

Comparando-se o Custo Total nominal anual da folha de Abril de 2015 a março de 2016 (R\$ 2.241.385.199,04) com o custo de igual período imediatamente anterior (R\$ 2.003.648.477,78) constata-se a variação nominal de 11,9%, superior à inflação do período de 7,9% (Tabela 4).

Tabela 4

**Prefeitura Municipal de Goiânia - Poder Executivo
Demonstrativo da Folha de Pagamento - 12 meses**

Discriminação	Abril/14-Março/15 (R\$)	Abril/15-Março/16 (R\$)	Variação (%)
Salário Bruto (1)	1.789.388.832,61	2.006.445.496,44	12,1
Descontos	454.653.282,93	515.235.780,71	13,3
Liquido	1.334.735.549,68	1.491.209.715,73	11,7
Encargos Patronais (2)	214.259.645,17	234.939.702,60	9,7
INSS	74.775.748,31	81.283.931,34	8,7
IPSM	93.855.478,87	103.198.179,91	10,0
IMAS	29.442.570,40	32.606.850,26	10,7
FGTS	16.185.847,59	17.850.741,09	10,3
Custo Total da Folha (1+2)	2.003.648.477,78	2.241.385.199,04	11,9

Fonte :Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração:DIEESE - ERGO



3 - Os indicadores do Relatório de Gestão Fiscal de 2010 a 2015

Os dados contidos nos relatórios de gestão fiscal anual do município de Goiânia revelaram uma variação da Despesa Total com Pessoal (40,9%) inferior a verificada pela RCL - Receita Corrente Líquida (57,6%) no período de 2010 a 2015. Esta tendência foi determinada pelo descompasso entre o crescimento da RCL (33,7%) e a DTP (17,1%) no período de 2010 a 2012. Tal situação levou à redução do comprometimento da RCL com DTP de 58,0% para 50,8% nesse período.

O ano de 2013 foi marcado pela ampliação da DTP e estagnação da RCL, comportamento que fez retroagir o impacto de pessoal sobre RCL para índice similar (58,6%) ao alcançado em 2010 (58,0%). Todavia, a retração da DTP em 2014, aliada à política fiscal adotada pelo executivo municipal visando à expansão da arrecadação, conduziram o comprometimento das despesas de pessoal para a posição próxima ao limite prudencial exigido pela LRF (51,3%).

Deflacionados pelo IPCA do período a DTP registrou um aumento real de 1,8% e a RCL de 13,9%.

Tabela 5

**Relatório de Gestão Fiscal - Prefeitura Municipal de Goiânia - Poder Executivo
Demostrativo da Despesa Total com Pessoal de 2010 a 2015 (R\$)**

Ano	Desp. Bruta com Pessoal(I)	Var.%	Despesas não Computadas(II)	Var. Anual%	Despesa Total com Pessoal	Var. Anua l%	Receita Corrente Líquida	Var. Anua l%	DTP/ RCL %	Var. %
2010	1.226.363.486,57	-	12.239.454,86	-	1.223.130.446,39	-	2.109.764.721,84	-	58,0	-
2011	1.308.554.550,71	6,70	12.094.592,62	-1,18	1.296.459.958,09	6,0	2.434.818.286,90	15,4	53,2	-8,2
2012	1.664.374.914,95	27,19	232.636.634,38	1.823,5	1.431.738.280,57	10,4	2.821.042.777,43	15,9	50,8	-4,7
2013	1.903.765.740,86	14,38	266.615.009,07	14,61	1.637.587.007,05	14,4	2.795.910.026,63	-0,9	58,6	15,4
2014	1.876.244.848,88	-1,45	306.489.937,27	14,96	1.576.057.889,14	-3,8	3.126.864.185,34	11,8	50,4	-13,9
2015	2.078.663.840,71	10,79	361.393.593,33	17,91	1.723.036.665,91	9,3	3.325.052.386,22	6,3	51,8	2,8

Fonte: Prefeitura Municipal de Goiânia

Elaboração: DIEESE ERGO



Considerações finais

As informações ora apresentadas apontaram uma ligeira elevação do contingente de pessoal constante na Folha de pagamento do poder executivo municipal nos últimos dois anos. Nota-se a concentração de servidores em quatro principais órgãos do município, a estabilidade do número de servidores efetivos, o crescimento expressivo dos funcionários terceirizados, aposentados, pensionistas e o decréscimo de estagiários, celetistas e dos à disposição.

Do ponto de vista do Custo Total da Folha de Pagamento observa-se uma concentração de Despesas nos órgãos com maior contingente de servidores. Constata-se ainda, um crescimento real da Folha, se comparado os valores de março nos últimos dois anos e um crescimento pouco acima da inflação se comparado a folha em 12 meses até março de 2016 à igual período imediatamente anterior.

Os dados sobre o comprometimento da DTP em relação à RCL mostraram que depois de exceder os limites de gastos estabelecidos pela LRF em 2010, 2011 e 2013, foi possível restabelecer o equilíbrio nos últimos dois anos.

Contudo, no limite prudencial de gastos praticados pela gestão municipal em 2015, as despesas estão comprimidas. A possibilidade de ampliação de gastos deve ser verificada mediante o desempenho das finanças públicas municipais no ano vigente. Sugere-se o acesso aos dados sobre a RCL e DTP de 2016, para uma análise sobre os indicadores mais recentes e uma avaliação sobre a estimativa de arrecadação e de destinação de recursos na LOA - Lei Orçamentária Anual.